

## **RECONHECIMENTO DE COLETIVOS DIVERSOS NO CEEP FELICIDADE DE JESUS MAGALHÃES: UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA COM POVOS TRADICIONAIS – NEGROS, CIGANOS E INDÍGENAS.**

Sabrina de Souza Lima (Autor); Laudicéia da Cruz Santos (Co-autor); Jerônimo Jorge Cavalcante Silva (Orientador)

*Centro Estadual de Educação Profissional em Gestão e Negócios do Centro Baiano Professora Felicidade de Jesus Magalhães*

**Resumo:** Os coletivos diversos que compõem o arco-íris de culturas no âmbito escolar têm atuado como possibilidade de nos fazer refletir a respeito de uma educação que tenha a representatividade de negros, ciganos e indígenas nos currículos e que estejam no bojo da formação continuada dos profissionais de educação, em especial dos professores. Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo socializar ações pedagógicas realizadas no Centro Estadual de Educação Profissional Professora (CEEP) Felicidade de Jesus Magalhães, como base numa metodologia de Abordagem Qualitativa, para o enfrentamento do racismo institucionalizado em relação aos Povos Tradicionais, bem como servir como relato de experiência viável de ser multiplicado em outros espaços formais de educação.

**Palavras-chave:** Povos Tradicionais, Cultura Cigana, Negros, Indígenas, Lei 11.645/2008.

### **1. Introdução**

O espaço escolar oportuniza a existência de coletivos diversos, os quais escancaram para nós educadores as nossas limitações em romper com uma educação homogeneizadora. Nesse contexto, os Povos Tradicionais em análise, ciganos, negros e indígenas no Centro Estadual de Educação Profissional (CEEP) Professora Felicidade de Jesus Magalhães desafiam constantemente nossa formação docente, nos retirando da zona de conforto com intuito de buscarmos garantir a representatividade dos estudantes ciganos, negros e indígenas nas ações pedagógicas articuladas ao currículo escolar e ao Projeto Político Pedagógico.

Dessa forma, buscou-se nesse artigo compartilhar um trabalho que atrela os posicionamentos político e pedagógico dos profissionais de educação, em especial dos professores do CEEP Professora Felicidade de Jesus Magalhães, na concretização de ações que passaram a reconhecer a representatividade dos povos tradicionais na educação escolar, bem como oportunizar maior visibilidade dos mesmos e o protagonismo dos estudantes.

Para tanto, num primeiro momento abordamos o trabalho realizado a respeito da cultura africana e afrobrasileira através do projeto “**Brasil Plural: repensando as relações étnico-raciais**”, em seguida enfatizamos ações desenvolvidas a respeito dos povos **ciganos como sujeitos de direitos** e num terceiro momento relatamos a experiência com os **povos**

**indígenas Kiriri.** Ressalta-se que, todos os trabalhos têm o diferencial de valorizar a História Local, com importante participação dos povos negro, indígena e cigano de Jacobina-BA.

## **2. Metodologia, Resultados e Discussão**

A metodologia do nosso trabalho pautou-se na abordagem qualitativa, que nos permitiu desenvolver e expor ações pedagógicas com os povos tradicionais no CEEP Professora Felicidade de Jesus Magalhães com vistas ao reconhecimento e valorização dos mesmos, como também ao protagonismo estudantil.

O Centro Estadual de Educação Profissional do Centro Baiano em Gestão e Negócios Professora Felicidade de Jesus Magalhães, anteriormente denominado Colégio Estadual Professora Felicidade de Jesus Magalhães, localiza-se em Jacobina-BA e a partir de 2013 começou a oferecer a Educação Profissional com o Curso Técnico em Comércio, o que ocorreu de forma concomitante com Ensino Fundamental II, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. Somente no ano 2015, passa atuar exclusivamente com a Educação Profissional.

E como o mosaico étnico é diverso, o CEEP Felicidade sempre buscou contemplar ações pedagógicas de caráter interdisciplinar que reconhecesse o pertencimento identitário às culturas negra, indígena e cigana dos estudantes, com suas respectivas especificidades interculturais e intraculturais. Inicialmente, com um trabalho voltado para as questões étnico-raciais da cultura negra/afro-brasileira, em seguida com a temática da cultura dos Povos Ciganos e, por fim, com os povos indígenas Kiriris. E atualmente, estamos caminhando para um trabalho mais contextualizado e interdisciplinar que abarca as três etnias no decorrer das ações pedagógicas desenvolvidas ao longo do ano letivo.

### **2.1. Cultura negra/afrobrasileira**

O trabalho voltado para a cultura negra/afrobrasileira acontece através do projeto “Brasil Plural: repensando as relações étnico-raciais”, com objetivo de realizar atividades e reflexões pertinentes a cultura africana e afro-brasileira, não apenas pela obrigatoriedade da lei 10.639/2003, mas contribuir para a elevação da autoestima dos estudantes, em sua maioria negros e afrodescendentes.

O desenvolvimento das oficinas versava sobre Mitologia africana, dança africana, culinária afro-brasileira, musicalidade afrobrasileira, capoeira como arte e resistência e a valorização da beleza negra. O projeto é realizado desde 2010 e, especialmente, em 2012 concretizado pelos professores do Ensino Fundamental, Médio, Técnico, Tempo Formativo e Proeja e com suporte da articulação pedagógica, sendo aplicado entre 08 de novembro à 07 de dezembro de 2012, tendo como objetivo *desconstruir estereótipos e discursos de*

*inferiorização, passividade e indolência atribuída aos negros e afrodescendentes, além de auxiliar na elevação da autoestima dos nossos discentes e por consequência o orgulho de pertencimento à identidade afro-brasileira.* Para tanto, foram traçadas ações tanto para os alunos do ensino fundamental quanto do ensino médio.

De acordo com os coordenadores do projeto, o CEEP Professora Felicidade de Jesus Magalhães age em consonância com as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, uma vez que tem há quatro anos alguns projetos com a temática da diversidade cultural, o respeito às diferenças, a valorização do outro e o repúdio à discriminação. Para tanto, foram enfatizadas em todas as turmas do CEEP Felicidade leituras e reflexões pertinentes à cultura africana e afro-brasileira.

As turmas do ensino fundamental ficaram responsáveis pela confecção e montagem de stands temáticos distribuídos da seguinte forma: 5ª série ficou com a ação “Desconstruindo estereótipos através das obras literárias afro-brasileiras infanto-juvenis *O cabelo de Lelê* e *Menina bonita do laço de fita*” com o objetivo final de produzir um stand sobre Beleza negra; a 6ª série, por sua vez, trabalhou com a ação “Rompendo com o ‘Pré-conceito’ e formando um ‘Conceito’ sobre as religiões de matrizes africanas” com o intuito de montar um stand sobre a Mitologia africana; a 7ª série atuou com a ação “Valorizando a diversidade artística da cultura africana e afro-brasileira” para produzir um stand sobre músicas e danças africanas e afro-brasileiras e, por fim, a 8ª série que produziu um stand sobre a culinária a partir das discussões sobre história da alimentação africana associada à escravidão, dominação, sincretismo religioso, criatividade africana e modificação da comida nas senzalas.

Pelo acompanhamento do projeto, durante o processo de execução, percebemos que os professores responsáveis pelas ações acima elencadas nas séries do ensino fundamental fizeram uso de diversas Tic’s, livros, revistas, filmes, músicas, vídeos, dentre outras que auxiliaram na compreensão da proposta de cada stand uma vez que a apresentação dos mesmos foi apenas a culminância.

O Ensino Médio, Tempo Formativo III Eixo VI (antigo EJA) e Curso Técnico participaram de duas ações: a primeira foi uma mesa-redonda intitulada “Africanidades em debate” ocorrida no dia 21 de novembro de 2012 nos três turnos que versou sobre “Religiões de matrizes africanas: candomblé e umbanda”, “Criminalização do racismo”, “A visão social em relação à mulher negra na sociedade”, “África, miséria e meio ambiente”, “Movimento Negro”, “O papel do negro no teatro brasileiro” e “Personalidades negras”.

A segunda ação foi uma gincana, esta teve provas divulgadas com antecedência e outras provas rápidas em dias previamente marcados. As principais tarefas foram “produção de vídeo sobre religiões de matrizes africanas”; “caracterização de uma personalidade negra

brasileira”; “dança africana ou afro-brasileira”, “dramatização de uma obra literária voltada para temática negra” e o “desfile da beleza negra”. Os alunos participantes da gincana foram distribuídos em seis equipes (Freedom, Pérola Negra, Poder Negro, Legendários, Ômega e Nação Black) formadas por eles mesmos com o auxílio de professores padrinhos. Sendo que a equipe vencedora ganhou como prêmio uma viagem para conhecer o centro histórico de Salvador e lugares ligados à cultura africana ou afro-brasileira.

## **2.2. Ciganos: sujeitos de direitos**

Trazer à tona a temática dos povos ciganos para a educação escolar é um enfrentamento necessário para romper com o silenciamento daqueles que também foram responsáveis pela construção da sociedade brasileira junto com negros e indígenas, porém sempre foram alijados da historiografia e contra eles pesa as representações sociais extremamente negativas. Isso certamente fruto do desconhecimento sobre a historicidade e trajetória dos povos ciganos e suas estratégias de sobrevivência milenares. É necessário primeiro conhecer para depois desconstruir falsos preconceitos. Os ciganos têm três grupos étnicos principais:

Os Rom, ou Roma, que falam a língua romani; são divididos em vários subgrupos, com denominações próprias, como os Kalderash, Matchuaia, Lovara, Curara; são predominantes nos países balcânicos, mas a partir do Século 19 migraram também para outros países europeus e para as Américas. 2. Os Sinti, que falam a língua sintó, são mais encontrados na Alemanha, Itália e França, onde também são chamados Manouch. 3. Os Calon ou Kalé, que falam a língua caló, os “ciganos ibéricos”, que vivem principalmente em Portugal e na Espanha, onde são mais conhecidos como Gitanos, mas que no decorrer dos tempos se espalharam também por outros países da Europa e foram deportados ou migraram inclusive para a América do Sul. (MOONEN, 2013, p.12)

Os primeiros registros dos ciganos no Brasil datam do século XVI e, na Bahia sua presença é notada a partir do século XVIII. Os ciganos Calon de Jacobina-Bahia são oriundos da Família Dourado, cuja liderança do grupo pertencia ao Senhor Salvador Dourado, que, na década de 1980, na região do Piemonte da Chapada Diamantina, liderava aproximadamente 200 ciganos, os quais transitavam entre as regiões de Irecê e Jacobina (GUERRA, 2006, p.12, apud SANTOS, 2017, p.32), viviam comprando, vendendo e trocando animais.

A partir de 1984 se situam na condição de seminômades em Várzea Nova, onde ficam até 1991, ano em que o senhor Salvador Dourado faleceu. Nesse contexto, o grupo maior se separou em famílias nucleares e migraram para Irecê, Miguel Calmon e Utinga. O atual patriarca dos ciganos locais de Jacobina (...) permaneceu em Várzea Nova, migrando para Jacobina, na condição de sedentário, em fins dos anos 1990 e início dos anos 2000 para o bairro da Catuaba. Atualmente, os ciganos Calon são formados por seis famílias, totalizando 120 pessoas, sob as lideranças patriarcal de Zelito Dourado e matriarcal de Ceilde (...), mais recentemente, constituíram a Associação Comunitária dos Ciganos de Jacobina (ACCI), como instituição jurídica para atuar em favor do grupo. (SANTOS, 2017, p.32)

O trabalho voltado para a cultura dos Povos Ciganos começou em 2010 a partir de um projeto piloto desenvolvido no curso de Direitos Humanos e Diversidade, oferecido pelo Instituto Anísio Teixeira e pela UNEB. O projeto emergiu como resultado do curso, o qual exigia que pudéssemos realizar alguma intervenção no âmbito escolar ligado a questão da diversidade e DH. Uma vez que percebíamos:

[...] De um lado, o isolamento dos próprios ciganos, fruto de uma estratégia para tentar preservar seus valores culturais, e de outro, o preconceito que eles sofriam por parte dos não ciganos. Os alunos ciganos eram constantemente invisibilizados no espaço escolar, assim não enxergavam muita relevância em permanecer na escola. Corroborava, para isso, o fato deles considerarem a educação familiar transmitida pelos mais velhos mais valiosa do que a educação escolar, pois naquela residiam os princípios e valores para preservação da sua etnicidade. (SANTOS, 2017, p.18)

Tal proposta foi concretizada com o projeto “Ciganos: sujeitos de direitos”, que por meio de oficinas e mesas-redondas abarcou alunos ciganos, não ciganos, professores e algumas lideranças da comunidade cigana da Etnia Calon de Jacobina. A partir de 2012, direcionando para o potencial de trabalhar com a pesquisa científica na Educação Básica, houve um redimensionamento e ampliação do projeto acrescentando alunos ciganos e não ciganos como pesquisadores, com ênfase no desenvolvimento do protagonismo dos estudantes como construtores de seu conhecimento e, essencialmente, para amenizar estereótipos e preconceito em relação aos ciganos.

Dentre alguns estereótipos está o fato dos não ciganos associar que os ciganos não gostam de estudar. O que ocorre, no entanto, é que eles prezam muito pela educação familiar cigana, ao passo que a educação escolar muitas vezes os excluem de qualquer representatividade, sendo muito alheia a cultura dos povos ciganos. Conforme Casa-Nova:

Esta valorização, a par com a socialização de crianças e jovens em valores culturais que consideram superiores aos valores transmitidos pela sociedade majoritária (o respeito e o não abandono dos mais velhos; o carinho e o não abandono das crianças; a solidariedade com os doentes e a preservação da virgindade das raparigas até ao casamento), a forte coesão e proteção grupal em momentos de forte tensão e exposição individual no que se refere a relações inter-étnicas, bem como o medo que, como forma de poder e de estratégia de sobrevivência, suscitam nos outros, é parcialmente explicativa da segurança e algum sentimento de superioridade evidenciados pelos elementos de etnia cigana em relação à restante sociedade. (Casa Nova, 2005, p.6)

A escola, portanto, como parte significativa dessa sociedade majoritária tende a enxergar apenas uma educação monocultural, excluindo tantos coletivos diversos que pedem para serem enxergados e não apenas vistos, como é o caso dos ciganos. Nesse contexto, as ações do projeto Ciganos: sujeitos de direitos se desdobraram numa outra etapa do projeto denominado “Caravana Calon: a inserção da cultura cigana nos espaços escolares de

Jacobina-Ba e região”, desenvolvido com nossos alunos da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio – EPI, voltado para outras escolas públicas e privadas.

Os alunos pesquisadores iniciaram com a realização de estudos bibliográficos e pesquisa empírica com a comunidade cigana, para melhor definição das ações para algumas escolas de Jacobina e região. Nas quais atuaram com oficinas para alunos e professores interessado em cada escola, cujos temas versavam sobre a origem dos povos ciganos, história, estratégias de sobrevivência, distintas etnias, crenças, valores e tradições, objetivando contribuir na construção de uma perspectiva mais positiva e menos estereotipada sobre os ciganos, sejam Calon, Sinti ou Rom.

A relevância do trabalho tem se mostrado a partir da participação e premiação dos alunos em eventos científicos em níveis local, estadual, nacional e internacional, contribuindo para o protagonismo dos estudantes enquanto construtores do conhecimento, bem como para possibilitar maior visibilidade aos povos ciganos, em especial da Etnia Calon de Jacobina-BA. Eventos como Feira de Ciências e tecnologias do CEEP Felicidade (FECCEEP), Feira de Ciências da Bahia (FECIBA), Feira Brasileira de Ciências e Engenharia (FEBRACE), Mostra Brasileira Internacional de Ciência e Tecnologia (MOSTRATEC), Expo MILSET Brasil e VIII Feira de Ciências e Tecnologia, II Feira Nacional e I Feira Internacional - FECITEC GIRASOLE ocorridos respectivamente em Jacobina, Salvador, São Paulo, Novo Hamburgo - RS, Fortaleza-CE e Assunción, Paraguai, são alguns dos eventos em que os estudantes se apresentaram.

Por entendemos a escola como o lugar essencial para valorização das diferenças e o currículo escolar como o espaço formal, real e ideal para possibilitarmos a visibilidade necessária aos Povos Tradicionais e também para contribuirmos com o processo de empoderamento desses sujeitos que historicamente foram tão discriminados e invisibilizados no contexto cultural começamos a desenvolver espaços formativos tanto para os estudantes como para os professores no CEEP Felicidade. Conforme salientamos anteriormente, a realidade de tal escola já garantia algumas ações pedagógicas, porém nosso desejo era a ampliação e permanência no currículo de práticas docentes inovadoras voltadas para tais povos. Por isso que, junto à gestão escolar construímos um plano de intervenção que atendesse a demanda de nosso Centro de Ensino.

No processo formativo proposto pelo nosso trabalho pedagógico, que serviu de dados para escrita de nossa dissertação do Mestrado em Educação e Diversidade – UNEB (2015-2017) sobre cultura cigana e formação docente, informamos aos professores o número significativo desses estudantes na escola para que atendêssemos o desafio de torná-los

conhecidos e valorizados em nossas salas de aula. Dessa forma, percebemos a necessidade de ressignificar as práticas educativas, desenvolvendo estratégias que possibilitassem o respeito, a convivência e o diálogo com o diferente, e não apenas o reconhecimento e a tolerância.

Neste aspecto, entendemos que a escola possui um valor extremamente pertinente no processo de sensibilização para a cidadania, pois deve se estabelecer enquanto espaço que possibilita o diálogo entre os diferentes estudantes, as diversas culturas e que permite o trabalho pedagógico de colaboração, vislumbrando a superação de situações de preconceito e desigualdade social (LIMA, 2017). Logo, percebemos que a comunidade cigana de Jacobina necessitava ser apresentada pela nossa escola a partir de suas características expressivas e da cultura encantadora e milenar, que tem um enorme respeito pela palavra falada para que os estudantes não ciganos começassem a vê-los como povos resilientes, versáteis, hábeis e fluídos, caracterizados por uma “cultura de resistência”, conforme Godoy:

[...] a versatilidade em responder às dificuldades e pressões externas, a capacidade de apreender outros padrões culturais, a habilidade da organização social dos grupos e a fluidez na organização da experiência cotidiana permitem-nos classificar a cultura cigana como uma ‘cultura da resistência’. (GODOY, 2016, p.122-123).

Deveríamos sim abranger a resistência e a resiliência desses povos frente aos infortúnios, a dinâmica própria ao desenvolver laços de cordialidade e solidariedade, fortalecendo sua cultura, fazendo-a permanecer mesmo com a diversidade de etnias e vivências cotidianas (LIMA, 2017).

Nesse processo, a intervenção pedagógica “Conhecendo a Comunidade Cigana de Jacobina-BA”, construída de forma colaborativa em oficinas formativas, considerou a história, as tradições e memórias dos ciganos Calon a fim de promover a inserção da cultura cigana nas práticas educativas e no currículo escolar do CEEP Felicidade de Jesus Magalhães. As ideias que surgiram ao longo das primeiras ações formativas propostas pelo nosso trabalho pedagógico (rodas de conversa, oficinas) foram ajustadas por alguns professores que colaboraram para o sucesso da intervenção na escola, que foi pensada como estratégia que possibilitasse a visibilidade da cultura cigana e dos estudantes ciganos.

Elencamos ações que permitissem ao professor e conseqüentemente aos alunos, desmistificar ideias preconceituosas que tinham sido construídas durante muito tempo e, que sabíamos que deveriam ser fomentadas em nossos debates. Foi a partir de então que percebemos também a necessidade de trabalhar em formação com os professores alguns teóricos que discutiam a respeito da importância do trato pedagógico com a diversidade cultural, currículo escolar bem como com a cultura cigana, dessa maneira, destacamos como temáticas formativas: educação e diversidade (CANDAUI, 2003), currículo e cultura (SILVA

2010), cultura dos povos ciganos (GODOY 2016, MOONEM 2011). Observamos na prática formativa quão importante foi discutir tais aspectos nas oficinas que ministramos, pois na maioria das vezes notamos que os profissionais em educação não abrem espaços enriquecedores da cidadania em suas práticas educativas por falta de conhecimento, pesquisa ou formação.

Durante a execução das oficinas formativas, os professores sinalizaram a relevância do engajamento entre eles no processo de formação em exercício e, principalmente a seriedade, o compromisso em provocar a reflexão sobre o preconceito para amenizá-lo, assim como propiciar a mudança de postura, inclusive dos próprios educadores. Nessa perspectiva, percebemos que a partir da formação em exercício o docente pode abraçar o ensino colaborativo como uma ferramenta importante e, o trabalho realizado colaborativamente torna-se um elemento significativo para construção de uma escola que atenda à diversidade cultural.

Atualmente somos chamados enquanto educadores para atender às demandas das comunidades locais agindo a serviço de uma educação que seja capaz de inserir as diferentes culturas e, para que isso ocorra devemos aproveitar ao máximo nossos recursos culturais. Este aproveitamento ocorre quando confrontamos às imposições do sistema, abandonamos posturas conservadoras e trabalhamos pedagogicamente a favor das diversas culturas presentes na nossa escola local.

Entendemos que a cultura cigana Calon é um importante recurso cultural para nossa comunidade local e, os docentes podem explorá-la de maneira significativa em nossas escolas públicas ao trabalhar de forma contextualizada com as histórias, costumes e tradições das etnias ciganas. Pois, nossos currículos devem estar abertos às demandas locais e culturais e, nossas ações pedagógicas precisam considerar os povos ciganos, possibilitando o diálogo entre os diversos sujeitos a ponto de proporcionar o conhecimento e a quebra da barreira do preconceito, permitindo também a construção de outros saberes e de uma postura pautada no respeito.

Para promovermos essa igualdade na escola é de extrema importância enfrentar as desigualdades, valorizar as diferentes culturas, provocar engajamentos e vários diálogos. Por isso que aos povos ciganos deve ser dada a oportunidade de tornar-se conhecido no universo escolar das crianças, jovens e adultos. Por meio da linguagem dialógica podemos apresentar na nossa prática educativa as etnias ciganas e inserí-la no currículo pela sua riqueza cultural, diversidade, sentimento de pertencimento e valores transmitidos por gerações, enfrentando os estereótipos negativos construídos ao longo do tempo na escola e na sociedade (LIMA, 2017).



Utilizando a estratégia do diálogo, contribuímos para o reconhecimento identitário e para o processo de formação humana, além da interação com o outro. Com certeza ouviremos histórias permeadas por valores e tradições milenares que são transmitidos de pai para filho, expressando um relevante sentimento de pertencimento. Ao dialogarmos com nossos estudantes cotidianamente sobre o respeito recíproco e a necessidade de conviver bem, considerando as culturas diversas, vislumbramos uma mudança de postura e tratamento com relação aos povos ciganos. Ao propor um momento instigante de indagações sobre as histórias, culturas e tradições ciganas em nossas salas de aula, e oportunizando a esses povos apresentar suas memórias e histórias de vida no espaço escolar, estamos colaborando para construção de conhecimentos e de laços afetivos.

Expericiamos momentos prazerosos em algumas observações, nas quais propomos aos professores participantes do processo formativo que planejassem rodas de conversas com estudantes ciganos. Esses docentes tiveram a oportunidade de socializar importantes aspectos culturais, históricos e sociais dos ciganos. Em seguida, os ouvintes (ciganos) tornaram-se participantes das rodas de conversa e contaram memórias de suas infâncias e juventudes, além das experiências adquiridas com os mais velhos. Notamos que as informações transmitidas ao longo das narrativas ciganas, eram regadas por um forte sentimento de pertencimento, em que aquele que narra demonstrava orgulho de pertencer à comunidade cigana.

Foi perceptível o encantamento dos participantes durante as rodas de conversa, onde desfrutamos de falas bem coesas sobre informações que passamos a conhecer e nos emocionamos com a expressão de gratidão pela experiência vivenciada por eles, pois nunca tinham experienciado uma situação similar anteriormente. Para os docentes e não ciganos foram momentos em que aprenderam sobre o outro, sobre o cigano que discriminavam e tinham um olhar totalmente preconceituoso baseado nos discursos que ouviram desde a infância. Ao conhecer um pouco sobre as especificidades das etnias ciganas, mostraram-se abertos e flexíveis para outras ocasiões de diálogos e perceberam o quanto sufocavam uma cultura rica em valores e tradições.

Ao observarmos os diálogos entre estudantes e docentes nas rodas de conversa em sala de aula notamos a importância e a necessidade de tais momentos tanto para os estudantes ciganos, como para os alunos não ciganos, visto que ambos trocaram excelentes experiências e conhecimentos, uns aprenderam com os outros, além do compartilhar de diferentes informações pelos educadores. A liberdade para expressar-se quanto as suas memórias e identidades possibilitou o desencarceramento de sujeitos excluídos e a escuta por ambas as partes.

Explorar as histórias desses alunos chamados ciganos permitiu aos envolvidos no processo de ensinar e aprender, conhecer sobre o outro e reconhecê-lo enquanto ser humano, cidadão, como sujeito histórico importante, que também têm histórias a serem contadas e conhecimentos a serem transmitidos. Das experiências vivenciadas nas rodas de conversa, notamos a importância de proporcionarmos aos nossos estudantes e docentes momentos em que ocorram diálogos entre os diferentes atores sociais presentes na escola. Ouvir e entender as narrativas de suas vidas possibilitou que se enxergassem como pessoas mais próximas e bem menos distantes.

Aprender sobre si mesmo e sobre o outro a partir de suas próprias narrativas de vida é uma estratégia diferenciada e prazerosa, pois permite aos envolvidos no processo dialógico entender melhor as relações sociais, econômicas e políticas que envolvem a nossa sociedade, além de sentir-se ator e autor da história.

### **2.3. Experiência com os povos indígenas kiriri**

Outra experiência significativa de valorização dos coletivos diversos foi o desenvolvimento do Projeto “A cultura dos povos indígenas kiriri na cidade de Jacobina-BA”, elaborado em 2017 por alguns estudantes do curso técnico em comércio do CEEP Professora Felicidade de Jesus Magalhães, que se propuseram a pesquisar tal temática com a intenção de aprenderem sobre a história dos povos Kiriri e os ensinamentos que em família eles transmitem por gerações, sejam por meio dos artesanatos, das narrativas contadas, das festas vivenciadas e dos saberes medicinais. Para, além disso, visavam também contribuir para uma maior visibilidade destes povos tradicionais, já que era uma etnia pouco conhecida mesmo se fazendo presente comercializando objetos artesanais em nossa cidade.

Nessa perspectiva, os estudantes Diego Rodrigues, Diogo Rodrigues, Carla Santos, Gabriela Santos e Késia Soares seguindo nossas orientações enquanto professora de história desenvolveram um trabalho de caráter exploratório sobre a temática, pois, perceberam que as pessoas dentro e fora do ambiente escolar precisavam obter mais informações a respeito da história, cultura e saberes medicinais dos povos indígenas Kiriri. Durante a realização da pesquisa os alunos foram instigados ao processo de levantamento bibliográfico onde buscaram se apropriar do conhecimento sistemático a respeito das origens, costumes e tradições destes povos, e a partir de então ampliaram suas aprendizagens através da pesquisa de campo para apresentá-las à sociedade, possibilitando uma melhor convivência entre as pessoas e os povos indígenas Kiriri, que residem no Pontilhão da Canavieira, além de descrever o perfil da comunidade indígena e avaliar as dificuldades enfrentadas pela mesma.

Os estudantes utilizaram diferentes instrumentos de pesquisa: questionários, entrevistas e observações sistemáticas. O que colaborou bastante para que entendêssem as vivências, o cotidiano e a cultura dos povos indígenas Kiriri. A partir das informações adquiridas pelos referidos dispositivos de pesquisa, elaboraram alguns gráficos para mostrar como um grupo indígena de tradições antigas e cultura artesanal rica é bem desconhecido e buscaram investigar mecanismos que favorecessem a realização de atividades que oportunizassem melhores condições de vida a este grupo indígena, bem como subsídios para ressignificar o contexto histórico dos povos indígenas Kiriri que vivem na cidade de Jacobina, fazendo com que a comunidade se sentisse reconhecida e valorizada pela sua história e cultura.

Por isso que, almejando traçar o perfil desta comunidade indígena, como também colaborar com a escrita da história local, composta por uma grande diversidade cultural, e possibilitar visibilidade aos povos Kiriri em Jacobina, os alunos pesquisadores organizaram um plano de intervenção social com oficinas temáticas e debates. Estas estratégias foram utilizadas como metodologia para socialização dos dados construídos a partir da pesquisa empírica e bibliográfica, aos colegas da escola que estudam (CEEP Felicidade), bem como foram compartilhados com estudantes de outras escolas públicas de Jacobina, além de apresentarem na Feira de Ciências local (Feira de Ciências e Tecnologias do CEEP Felicidade - VI FECEEP) e estadual, em Salvador (Feira de Ciências da Bahia - FECIBA).

Além disso, organizaram uma mesa redonda para a comunidade local com o intuito de socializarem informações sobre os saberes construídos a partir da pesquisa a respeito dos povos indígenas Kiriri, fomentando o debate inclusive sobre a influência dos mesmos com relação à prática artesanal, visto que exercem o comércio dos produtos artesanais em Jacobina e região. Na ocasião, o professor e pesquisador Sólton Santos participou da mesa colaborando com as discussões e, apresentando o trabalho desenvolvido pelo mesmo na construção do livro “Os Payayas no sertão das Jacobinas (1651-1706)”, que se propõe a identificar as complexas relações entre os índios e os agentes coloniais.

### **3. Conclusões**

A partir das experiências por nós vivenciadas e compartilhadas enquanto profissionais em educação básica percebemos que as muralhas que foram construídas em muitas escolas públicas tendo como base o preconceito e a discriminação com os Povos Tradicionais podem ser e devem ser transpostas. Tendo como base o diálogo, a troca de conhecimentos, o respeito à diversidade, aos poucos construiremos uma nova relação e vivências pautadas no respeito recíproco.

Reconhecer nas ações pedagógicas a representatividade de coletivos diversos como negros, ciganos, indígenas e outras minorias é essencial para demonstrar que a escola precisa sair da sua zona de conforto e se mobilizar com posicionamentos pedagógicos e políticos que contemplem ações que acolham e considerem as especificidades que são inerentes aos grupos culturais distintos, para caminharmos para uma educação multicultural e inclusiva.

Entendemos que o engajamento entre os docentes, a formação em exercício e o ensino colaborativo contribuem bastante para construção de uma escola que acolha e contemple às culturas diversas. Nessa perspectiva, acreditamos também que o investimento e fomento de políticas públicas em formação para professores e profissionais em educação escolar voltada para diversidade, considerando as singularidades das comunidades tradicionais: ciganas, quilombolas, indígenas e envolvendo lideranças também cooperará para que a escola de fato seja um dos espaços fundamentais para valorização e reconhecimento das identidades e para que o currículo garanta o espaço ideal para visibilidade necessária aos sujeitos socioculturais presentes no contexto escolar e, conseqüentemente também contribuir para o empoderamento dos “excluídos” historicamente.

#### **4. Referências**

- CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: CANDAU, Vera; MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. Revista Brasileira de Educação, nº23, 2003. P. 153-167.
- CASA-NOVA, Maria José. Etnicidade e educação familiar: o caso dos ciganos. Revista Teoria e Prática da Educação, v.8, n.2, p.207-214, maio/ago. 2005.
- GODOY, Priscila Paz. O povo invisível: Os ciganos e a emergência de um direito libertador. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016.
- LIMA, Sabrina de Souza. Cultura Cigana e Formação Docente: (In) visibilidade dos Povos Ciganos e Diálogos possíveis nos Currículos Escolares. Dissertação de Mestrado Profissional em Educação e Diversidade. PPED/MPED- DCH IV/UNEB. Jacobina, Bahia: 2017. 127 f.
- MOONEN, Frans. Anticiganismo e políticas ciganas na Europa e no Brasil. Edição revisada e aumentada. Recife, 2013.
- SANTOS, Solon Natalício Araújo dos. Os Payayas no sertão das Jacobinas (1651-1706). Curitiba: Editora Prismas, 2017.
- SANTOS, Laudicéia da Cruz. Etnicidade e educação: formação docente sobre os povos Ciganos na Escola Municipal Agnaldo Marcelino Gomes. Dissertação de Mestrado Profissional em Educação e Diversidade. PPED/MPED- DCH IV/UNEB. Jacobina, Bahia: 2017. 267 f.